

Relações de gênero na agricultura familiar no semiárido do Agreste Setentrional.

Autor (1); Paulo Bandeira de Lima; Orientador Prof. Dr Jose Luiz Alves.

Universidade de Pernambuco-UPE-pblima2@hotmail.com

Introdução:

A mulher agricultora, mesmo sem perceber, sempre foi um instrumento de transformação no espaço público, especialmente na produção da agricultura familiar, como histórica guardiã da cadeia produtiva alimentar. No desenrolar de milênios as comunidades neolíticas sofreram uma importante mudança. Há cerca de 12 mil anos, a agricultura surgiu e foi sendo disseminada por toda Europa nos 6 mil anos próximos, a própria agricultura foi uma invenção da mulher no período pré-histórico. O domínio de técnicas agrícolas estabeleceu um novo padrão de vida calcado na disponibilidade regular de alimentos.

Pois se trata de uma grande e longo convívio, uma vez que as mulheres não só descobriram a agricultura, mas também promoveram a primeira revolução técnica ao criarem o moinho para triturar os grãos. Portanto com esse direito de participar dos espaços públicos, compreendeu-se, na oportunidade que à agricultora familiar é um desses espaços a ser conquistados. Na Idade Média, foram as mulheres que abriram caminhos para a participação feminina na esfera pública ao substituírem seus cônjuges, que saíam para guerrear, com a finalidade de aumentar seus espaços de poder. Elas assumiram a administração dos bens e não mais retornaram ao enclausuramento do lar. Algumas mulheres participaram de fundações de algumas associações comunitárias rurais e participaram de instituições filantrópicas e dedicaram-se a esse trabalho como meio de continuar no espaço público.

Metodologia:

Como forma de dominação/submissão que antecede o capitalismo, e derivada da propriedade privada, a divisão sexual do trabalho estabeleceu-se com o sistema de troca, no período pós matriarcais e continua sendo redimensionada por esse sistema de produção (BANDEIRA, 1997). A feminização do trabalho coexiste com a reprodução da divisão sexual daquele, na realidade, as fronteiras se deslocam, mas a divisão do trabalho se mantém afirma (HIRATA, 2002), servindo, assim, para indicar diferenças de posicionamento na estrutura da mulher, seja ela urbana ou rural. No cotidiano rural, as mulheres estão nas duas pontas da cadeia alimentar: na produção agrícola e na transformação desses em alimento. O método envolve os âmbitos do campo e da casa, que se

desenham, no começo, como espaços públicos e privados, respectivamente. Embora sendo imparcial, a convivência entre essas esferas efetiva-se em uma relação de dominação/subordinação. O método privado apresenta-se um suporte do espaço público, legitimado como lugar de supremacia masculina.

Na condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção de bens materiais, e o outro, à reprodução de indivíduos sociais. Na divisão sexual do trabalho, cabe ao homem o exercício da produção da mesma forma que concerne à mulher o da reprodução. Se, ideologicamente, esses espaços são superados, a prática das agricultoras familiares manifesta-se de forma diferente, uma vez que elas se inserem frequentemente na instância da produção, tendo em vista que elas buscam sua melhoria no aperfeiçoamento da produção e autonomia na produção agrícola local. A jornada de trabalho da mulher agricultora inclui o cuidado das crianças, das pessoas doentes e dos idosos, trazendo consigo o apoio moral e psicológico para manter a família unida, para manter a casa munida no abastecimento d'água, que diversas vezes, pede a disposição de deslocar diariamente de até 5, 6 quilômetros, e também a coleta de lenha para realizar o cozimento da alimentação para família, que além de exigir o esforço físico para cortar a madeira, requer a condução dos feixes pesados até a residência. Toda essa dinâmica faz parte do seu trabalho familiar, que, somado ao do campo, pois uma super jornada que se inicia geralmente às 4 horas da manhã e só termina com a volta dos filhos da escola noturna onde geralmente estudam na cidade. A mulher é a última a deitar-se e a primeira acordar, sem ter o respeito da sociedade machista que ainda impera no território do agreste setentrional. Essas são atividades invisíveis e que não são consideradas como trabalho porque prevalece, no ambiente rural, considerando que: a jornada de trabalho feminina é flexível, e, sendo assim, as mulheres podem estabelecer o próprio horário: a labuta no campo geralmente inicia sempre ao lado dos demais membros da prole, sob a administração de um chefe, um patriarca (SAFFIOTI,1996), o que lhe isenta da responsabilidade pela produção; e, a ainda , porque elas podem conciliar o tempo entre as tarefas domésticas e agrícolas, o que , em tese , reduz o número de horas na roça e descaracteriza a sua participação na produção. O Chamado trabalho (in) visível da mulher é determinante na segurança alimentar, e chega em alguns países, a constituir até 80% da produção para autoconsumo. Mesmo assim, a estupidez tem se mostrado incontestável até mesmo nos locais onde só se pratica esse tipo realizado de agricultura, se sob o manto do termo familiar, o trabalho agregado realizado pela mulher, como se observa no território do agreste setentrional. No trabalho de campo nas glebas de trabalho conjuntas, a metodologia usada como exemplo é o homem cava e a mulher planta a semente porque tem mais pratica em plantar e outro em cavar, relatam as

agricultoras, que se apressam, no entanto, em justificar sua ausência em atividades mais complexas, explicam que as mulheres têm menos experiência no serviço do trabalho do campo porque dividem seu tempo entre o trabalho de campo e as atividades domésticas. Isso não significa, contudo, uma condição secundária ou submissa. Todos são agricultores familiares, alertam as agricultoras. Com esse entendimento as agricultoras lembram que, além do serviço doméstico e do campo, muitas vezes, as mulheres agricultoras familiares são convocada a participar de reuniões na associação, encontros e cursos profissionalizantes, e acrescentam, sempre que há convocação de delegações nas comunidades rurais, as mulheres agricultoras familiares são escolhidas para participar porque o homem pode avançar mais no serviço do campo e tomar conta da família, sem maiores problemas. Afinal, elas ressaltam que as mulheres agricultoras familiares atuam não só trabalho doméstico, mais também no campo, elas afirmam que trabalha na roça e em casa, e ainda vai participar das reuniões da associação, buscando seu empoderamento numa visão de melhoramento nas atividades de campo, onde luta por mais visibilidade institucional. Elas além de sentirem participantes da produção, as mulheres agricultoras, mostram receptivas a novas tecnologias e a diversificação das atividades. A participação em cursos de capacitação e de qualificação técnica, assim como em encontros de formação e mobilização contribui para que elas desenvolvam um posicionamento crítico, principalmente do ponto de vista econômico em relação a seu trabalho. Tal participação estimula as mulheres agricultoras familiar que também a criarem o próprio roçado para aplicar os conhecimentos obtidos nos cursos técnicos, com esse objetivo, várias mulheres das comunidades rurais do território do agreste setentrional possuem roçados, admitindo que assim o fazem porque podem ter mais liberdade para gastar o dinheiro da produção sem dar satisfação a figura masculina, presente no contexto familiar, e também, por poderem introduzir inovações nas práticas agrícolas aplicando formas de trabalho indicados pelos cursos de assistência técnicas oferecidos pelas instituições parceiras e Universidades, como IPA- Instituto de Pesquisas Agropecuárias, ADRAGO, Instituto Raízes, Agrofior e as Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade de Pernambuco (UPE) que atuam no do agreste setentrional, incluindo o plantio adequado à conservação do meio ambiente, técnicas de uso do solo e de aproveitamento da água. Os conteúdos aprendidos jamais são aplicados no plantio conjunto, pois o companheiro geralmente se recusa a rever as práticas tradicionais. Percebe-se que as mulheres têm avançado no aprendizado de técnicas agrícolas e com esse modelo vão introduzindo mudanças bastante significativas no sistema de produção nas comunidades rurais territoriais. Pouco se valoriza o seu trabalho, no entanto, a seu aprendizado e saber pelo segmento masculino, que detêm a liderança na esfera do trabalho no campo, apesar de os

resultados nem sempre satisfatórios positivos. Trata-se de um comportamento comum aos dominantes conscientes de seus privilégios, não se sentem ameaçados e por isso mesmo exploram o exercício do poder para obter o consenso indispensável ao processo hegemônico. Diante dos desafios decidiram elas entrar no processo de venda da produção familiar que se porque os companheiros vendiam a mercadoria ao atravessador, e o que se apurava na semana era insuficiente para comprar os bens que não produziam. Os espaços rejeitavam a ideia de se tornar feirantes. Alegavam não gostar de feira, além do lhe faltava paciência para passar um dia inteiro tentando convencer os fregueses a comprar. Eles afirmam que as mulheres têm mais tranquilidade e técnica para vender na feira a produção familiar, elas fazem uma demonstração dos produtos, a diferença entre sua mercadoria com as outras das outras mulheres que comercializam no mesmo local, elas afirmam que precisa agradar a freguesia para vender a mercadoria. Portanto mesmo comprovando boa habilidade para comercializar a produção familiar, as mulheres agricultoras das associações comunitárias do território do agreste setentrional, tem, no entanto, autonomia limitada no tocante ao tipo de produto que podem negociar. Sabendo que quando se trata de valores financeiros altos, exige a participação dos homens nesta comercialização, que geralmente quer abrir mão de qualquer privilégio que envolve a relação de gênero, e pelo trabalho na agricultura familiar. Essa questão dos preços das mercadorias é construída e nos mostra um outro aspecto que aborda as mulheres agricultoras, se a inserção social da mulher se faz pelo trabalho na agricultura, porém na administração do que produzem com uma preocupação natural, tudo em nome do lucro, homens e mulheres confortam-se no mercado capitalista, pensado sua capacidade de contribuição na produção e no sistema de troca.

Portanto, sem dúvida alguma, as mudanças na esfera produtiva não têm somente consequências econômicas, mas repercutem nos valores, nas atividades que homens e mulheres desempenham na família e na esfera política, por exemplo. O processo de produção e distribuição da mercadoria, a mulher passa a discutir não só a qualidade do solo, o sistema de cultivo a exploração pelo atravessador, mas também, os problemas sociais daí decorrentes. O dinheiro oriundo do trabalho realizado pela associação é importante para as mulheres agricultoras, principalmente, porque possibilita a suprir algumas necessidades objetivas, pela valorização pessoal que concede, demarcando um espaço de liberdade e autonomia que permanecem com expectativa básica. A maioria das mulheres das associações comunitárias rurais do território do agreste setentrional, afirmam que sabem administrar dinheiro, elas afirmam ainda, que ficam responsáveis pela compra do alimento, do material escolar, da roupa, do calçado para toda família. O compromisso de gastar o dinheiro que entra em casa dar-se a ela a responsabilidade com toda família.

Essa administração do dinheiro não significa necessariamente autonomia no processo de gastá-lo, os companheiros acompanham de pertinho os gastos e como é distribuído com as despesas domésticas. A problemática da utilização do dinheiro remete a reflexão do domínio masculino na relação de gênero. A mulher é depositária do dinheiro, exerce algum controle sobre aquele, mas terá de seguir o orçamento feito pelo homem. Se perder a confiança, provavelmente o dinheiro saíra de sua administração. Isso demonstra que ela tem algum poder, mais precisa-se exercê-lo nas rédeas do domínio masculino. Apesar disso, não se pode perder de vista que chegar à condição de depositária do dinheiro familiar extrapola limites da tradicional relação de gênero. O dinheiro sempre foi uma mercadoria de domínio masculino, no qual o homem se manteve na administração, no controle e no planejamento. As mulheres foram mantidas fora do circuito sob pretexto de serem potenciais consumistas e não saberem lidar com recursos financeiros. O trabalho na agricultura não distingue os papéis do homem e da mulher como provedor e dona de casa respectivamente, entre os moradores da comunidade a terra na prática, tem igual importância para ambos porque significa ter direito ao trabalho, representa a possibilidade concreta de exercer a função.

Resultados e discussão: Para compreender o empoderamento das mulheres agricultoras no território do agreste setentrional pernambucano, as mulheres rurais dedicaram-se e dedicam-se até hoje, aos trabalhos do campo, principalmente, na produção de alimentos para a sobrevivência familiar. Pela sua sapiência de sua maior sensibilidade à necessidade, à carência de condições e ao que resistentes e dispostas a possibilitar a harmonia familiar, servindo como referência familiar e âncora do equilíbrio. O trajeto de vida da agricultora familiar demonstra a frente da produção alimentar, na condição de subordinada ao homem e sem a representação social de sua participação efetiva. De acordo com os princípios morais familiar têm como ofício social ofertar os cuidados aos filhos, administrar a casa, os animais de pequeno porte, da lavoura em pequena escala e sem acesso a qualquer recurso financeiro. Apesar das atividades que envolvem decisão e dinheiro são historicamente de responsabilidade do homem. De acordo com a afirmação de (HIRATA 2002) as questões de gênero e trabalho contemplam análises das transformações gestadas no mundo do trabalho e suas repercussões sobre a condição feminina, que tem sido observada também no meio rural. Intitulam a atenção para a inserção da mulher no mercado de trabalho, que se dá em termos de uma divisão sexual do trabalho, por meio da qual o capital incorpora, para seus fins, saberes e funções femininas histórica e culturalmente construídos, tornando precária a condição nesse mercado, a partir de construções seculares.

Conclusões Concluo destacando a grande importância e o impacto na vida das mulheres agricultoras do território do agreste setentrional em busca da formação através das instituições públicas e privadas que atuam no território do agreste setentrional, sem perder a sua identidade de mulher agricultora, atuante nas atividades do campo, da casa e nas associações comunitárias da qual representam nas diretorias na busca por parcerias institucionais que dessa forma vem fortalecer os grupos de mulheres na formação contínua na busca do seu empoderamento. A ampliação das políticas públicas para as mulheres, promovendo a autonomia econômica e financeira das mulheres agricultoras, por meio de apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio, reduzindo a burocracia para o acesso a crédito com juros menores de mercado e com condições mais prolongada para o devido pagamento do principal recurso. Vale lembrar que o conceito de gênero se estrutura a partir da ênfase nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc. entre os sexos, uma vez que sinaliza as condições de desigualdades presentes entre homens e mulheres, sobretudo, relações hierárquicas e de poder. Evidente que há outras desigualdades associadas, além de raça/etnia, classe, geração etc., tais como de acesso a outras dimensões da esfera pública, a saber, à justiça, à tecnologia, à saúde, ao sistema bancário/financeiro, entre outros. Assim, ao propor políticas públicas “de gênero” é necessário que se estabeleça o sentido das mudanças que se pretende, sobretudo, com vistas a contemplar a condição emancipatória e a dimensão de autonomia das mulheres. Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sócio históricas e cultural herdadas, pressupõe-se que o Estado evidencie ainda mais disposição e a capacidade para redistribuir riqueza, assim como poder entre mulheres e homens, entre as regiões, classes, raças, etnias e gerações.

Palavras-Chave: Protagonismo., agricultura familiar., formação.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes Maria. Divisão Sexual do trabalho: **Práticas simbólicas e práticas sociais**. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo 2002.
- SAFFIOTI, Heleiet. **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Massagana, 1996.